

O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky¹

Morgana Moura Romão²

<https://orcid.org/0000-0002-9172-6768>

Marcio Lauria Monteiro³

<https://orcid.org/0000-0002-9412-7250>

Resumo: Este artigo é uma análise da interpretação de Leon Trotsky sobre o stalinismo e a União Soviética (URSS). Seguiu-se aqui o mesmo procedimento feito por Perry Anderson (1983): dividir em etapas o pensamento de Trotsky para estabelecer as devidas correspondências entre as formulações do revolucionário e os acontecimentos nacionais e internacionais que o cercavam. Assim, foi possível apresentar de forma mais apropriada a interpretação de Trotsky sobre os mencionados fenômenos e também as transformações pelas quais ela passou entre os anos de 1923 e 1940. Os estudos realizados para a escrita deste trabalho permitiram concluir que a chamada “fase madura” da interpretação de Trotsky sobre o stalinismo e a URSS, formulada ao final da década de 1930, é a mais completa, proporcionando as bases fundamentais para compreender as suas variantes no período após a Segunda Guerra Mundial.

168

Palavras-chave: 1. Leon Trotsky; 2. Stalinismo; 3. URSS; 4. Revolução Russa.

¹ Agradecimentos ao Carlos Prado e ao Marcio Monteiro pelas suas opiniões e sugestões para este artigo, e também ao meu pai, João Soares de Lima (*in memoriam*), pela sempre atenciosa revisão gramatical. (M.R.)

² Graduanda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de Iniciação Científica do PROPPI-UFF. Dedicar-se a estudar o pensamento de Leon Trotsky e a história da União Soviética, especialmente no período de seu colapso. E-mail para contato: morganaromao@tutanota.com

³ Doutorando em História Social no PPGH UFF, com bolsa CNPq, e professor na Rede Municipal de Ensino de Niterói. Contato: marciolmonteiro@gmail.com e <http://uff.academia.edu/Marcio-LauriaMonteiro>

Abstract: This article is an analysis about Trotsky's interpretation of Stalinism and the Soviet Union (USSR). It was used the same procedure of Perry Anderson (1983), dividing Trotsky's thinking into stages and establishing the proper correspondences between this revolutionary's formulations and the national and international events that surrounded him. Thus, it was possible to present Trotsky's interpretation of the aforementioned phenomena in a more appropriate way and also the transformations it underwent between the years 1923 and 1940. The studies for the writing of this work allowed us to conclude that the so-called "mature phase" of Trotsky's interpretation of Stalinism and the USSR, formulated at the end of the 1930s, is the most complete and the one that also provides the fundamental basis to understand its variants in the period after the Second World War.

Keywords: 1. Leon Trotsky; 2. Stalinism; 3. USSR. 4; Russian Revolution.

Resumen: Este artículo es una análisis sobre la interpretación de Leon Trotsky acerca del estalinismo y la Unión Soviética (URSS). Fue utilizado el procedimiento de Perry Anderson (1983), quien divide en etapas el pensamiento de Trotsky y establece las correspondencias entre las formulaciones de este revolucionario y los hechos nacionales e internacionales que los influenciaron. Así, fue posible presentar de una forma más apropiada la interpretación de Trotsky sobre los referidos fenómenos y también las transformaciones por las cuales esta ha pasado entre los años 1923 y 1940. Las investigación desarrollada para la escrita de este trabajo permitieron concluir que la llamada "fase madura" de la interpretación de Trotsky sobre el estalinismo y la URSS, formulada al final de la década de 1930, es la más completa y también la que proporciona las bases fundamentales para comprender sus variantes en el período pós Segunda Guerra Mundial.

Palavras-clave: 1. Leon Trotsky; 2. Estalinismo; 3. URSS; 4. Revolución Rusa.

Introdução

O mundo foi sacudido, em outubro de 1917, por uma revolução socialista levada às vias de fato em um frágil elo do capitalismo europeu, a Rússia, lugar onde ainda perduravam elementos arcaicos e não resolvidos do feudalismo e do absolutismo, em uma contraditória convivência com a última palavra da técnica e da civilização capitalista. A União Soviética, o fruto mais direto desse processo, cumpriu uma função decisiva na formação histórica do século XX, seja devido ao espaço que ocupou na relação de forças do período, seja em virtude de sua influência nas esquerdas ao redor do mundo, inspirando outros processos revolucionários. Assim, não é por razão fortuita que o prestigiado historiador Eric Hobsbawm (1995), por exemplo, reconheça a Revolução Russa como o evento definidor do “curto” século 20. Conclusão semelhante tem o especialista em história soviética, Moshe Lewin, ao referir-se ao período como o “século soviético” (2005).

A contradição entre resultados e expectativas em torno da Revolução Russa estimulou intensas divergências sobre o seu legado; a caracterização do tipo de formação social por ela gerada; as posições políticas daí decorrentes. Tais questões, para muito além de fortuitas polêmicas, envolviam consigo o conflito entre programas políticos e formas de análise do Estado e da luta de classes. Nesse sentido, a forma de caracterizar e compreender a sociedade soviética impulsionou diferenças e rupturas organizacionais entre diversas forças socialistas. Semelhante é o caso, ademais, no que concerne às formações socioeconômicas emergidas das revoluções do período após a Segunda Guerra Mundial, afinadas com o regime soviético a partir de um ponto de vista de controle político e de reprodução social.

A construção de uma correta compreensão das experiências revolucionárias do último século demanda uma análise do fenômeno social que as relaciona na maioria dos casos, que é o stalinismo. Sem cumprir esta etapa, cai-se no risco de incompreender os rumos hostis à democracia operária que seguiram as sociedades pós-revolucionárias ou até mesmo de obscurecer o enorme contraste entre stalinismo e bolchevismo.

O resgate das contribuições de Leon Trotsky, uma das principais figuras de oposição ao stalinismo e um dos principais dirigentes da Revolução Russa, é fundamental para a análise sofisticada do fenômeno. No entanto, como um militante internacionalista envolvido nos acontecimentos mais importantes de

sua época, Trotsky não produziu ao longo de sua vida uma obra coesa. O conjunto de sua produção revela rupturas, continuidades e muitas transformações, que encontram correspondência com os acontecimentos nacionais e internacionais ao seu redor. Ao considerar esses elementos, a finalidade deste artigo é analisar a interpretação da referida figura revolucionária sobre o stalinismo, atentando-se para as suas transformações, entre os anos de 1923 e 1940. Para isso, será seguido o mesmo procedimento adotado por Perry Anderson (1983): dividir as etapas das análises de Trotsky em três fases distintas: inicial, intermediária e madura.

O que é um “Estado Operário”?

O conceito de “Estado Operário” é elementar no pensamento de Trotsky e da primeira geração de lideranças bolcheviques no entendimento da formação socioeconômica nascida da Revolução de Outubro. Esse conceito designa uma “sociedade de transição”, entre o capitalismo e o socialismo, conferida pela ditadura revolucionária do proletariado. (LÊNIN, 2017) Para compreendê-lo de melhor forma, é indicado mencionar de modo muito sintético que o Estado é produto e manifestação do caráter inconciliável das contradições de uma sociedade de classes. O seu propósito é conter esses antagonismos nos limites de uma ordem que legaliza e consolida a dominação de uma classe sobre outra, mediante, somente para citar elementos do âmbito da coerção direta, destacamentos especiais de corpos armados, cárceres e instituições coercitivas variadas. Como um derivado da divisão de classes, essa sua “força” é essencial tanto para impedir organizações populares autônomas como para defender a propriedade privada.

Desse modo, segundo previam os marxistas, o despertar revolucionário e a chegada do proletariado ao poder, com seu exército de trabalhadores, conseguem extinguir o Estado burguês, ao passo que a organização política ulterior (proletária) começa a entrar em um estágio de “definhamento” que não a permite ser qualificada como um Estado propriamente dito, mas, em conformidade com a expressão de Lênin, como “semi-Estado”. (*Ibidem*) A socialização dos meios de produção é o último ato autônomo do Estado como tal, pois, sem propriedade privada e sem uma “força especial” de repressão, ele não seria mais um instrumento a serviço da classe economicamente dominante, já expropriada. Essa socialização também impulsiona o desenvolvimento de uma economia baseada nas formas coletivizadas

de produção e de distribuição, além da reestruturação das bases familiares e educacionais, que possibilitam a reprodução em diferentes âmbitos dessa nova formação social.

O Estado é substituído por um tipo de “democracia mais ampla” em que a polícia e o exército permanentes são substituídos por milícias proletárias e por conselhos escolhidos mediante plena elegibilidade e revogabilidade de seus funcionários. De forma paulatina, a organização política anterior se torna desnecessária, na medida em que suas funções são realizadas de forma direta pela população através de seus conselhos. Isso significa que o perecimento do Estado está relacionado ao fortalecimento político da classe trabalhadora. Essa forma “mais completa” de democracia não somente envolve uma profunda substituição de instituições de novo gênero, mas também designa a transformação da democracia burguesa para uma democracia proletária, ou seja, trata-se de uma transformação da democracia em um período *transitório*. (*Ibidem*) Dito isso, a finalidade do Estado Operário é ser um instrumento de intervenção de temporária duração a serviço das massas, submetido à regulação dos produtores e de suas formas de organização política, ao exemplo dos soviets. (VERN, 1951) É essa a compreensão presente, por exemplo, no clássico “O Estado e a Revolução”, de Lênin, escrito às portas da Revolução de Outubro. (LÊNIN, 2017).

172

Essas transformações, entretanto, não suprimem, por si mesmas, a desigualdade e os privilégios que ainda existem nessa chamada “fase inferior” do comunismo. A propriedade privada, defendida e “atribuída” a indivíduos pelo direito burguês, é, de fato, abolida e socializada pela iniciativa revolucionária, mas é somente nesse âmbito que o direito é suprimido na sociedade transitória recém saída do ventre do capitalismo. Tais resquícios também remetem a um período conflitante entre economia e Estado, em que o proletariado se estabelece sobre os escombros da economia burguesa (o que é inevitável em um período transitório e também ainda mais dramático em um Estado proletário isolado).

As sociedades transitórias podem variar entre si a depender de suas próprias realidades nacionais e da conjuntura internacional, mas sempre carregam consigo a permanência de elementos sociais precedentes, como o regimento salarial; produção de mercadorias; elementos burocráticos; estrutura jurídica; e assim em diante, que podem perdurar durante séculos até mesmo em formações sociais historicamente desenvolvidas do ponto de vista produtivo. Essas sociedades, a despeito dos resquícios de continuidade, expropriaram a burguesia e suprimiram

a propriedade privada a partir de revoluções mobilizadas por proletários armados e politicamente organizados, o que já lhes confere formas de reprodução qualitativamente distintas daquelas próprias de uma sociedade capitalista.

No curso das afirmações precedentes, é elucidativo mencionar que o Estado Soviético favoreceu setores privados no período da Nova Política Econômica (NEP), mas de forma planejadamente excepcional. O propósito dessa política foi fortalecer o poder estatal dos trabalhadores em um período de hostil isolamento internacional, generalizada escassez de recursos e esvaziamento dos soviets, após a Guerra-Civil (1918-1921). A continuidade do favorecimento de setores privados, para além das fronteiras temporais primariamente estabelecidas pela NEP, foi um dos fatores que favoreceu intensa luta política no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A partir de então, futuras tradições políticas conflitantes começaram a ser esboçadas, o trotskismo e o stalinismo. Assim, em breves palavras, o período da NEP é um exemplo de conflito temporário entre economia e Estado, em que há controle proletário sobre a base de uma economia burguesa até ser possível reconstruir a economia segundo seus interesses como classe vitoriosa, o que não é, obviamente, um caminho pacífico. (VERN, 1951)

Esse tipo de conflito é marca de um período transicional, que se expressa em maior relevo em um Estado Operário *isolado*, mais suscetível a sofrer contrarrevoluções e a desenvolver setores privilegiados em condições de dificuldades de captação de recursos. A socialização econômica é, por conseguinte, uma forma transitória para o socialismo, que não elimina imediatamente o renascimento de uma burguesia em virtude de haver uma totalidade contraditória de antigas e novas relações de produção. Por isso é que o Estado Operário, em sua plena forma, só está habilitado a existir mediante a vitória da revolução *internacional*.

No que concerne à experiência soviética, as intempéries conjunturais mencionadas lhe inferiram deformidades burocráticas, que, conforme será mencionado mais adiante, entram em contradição com as bases de reprodução social de seu regime.

Trotsky e o “burocratismo”

Uma vasta produção escrita é reservada ao processo de burocratização da União Soviética, a começar pelos seus próprios oponentes, inseridos na disputa pelos rumos dos capítulos subsequentes dessa experiência inédita na história. É inegável que as reflexões de Trotsky ocuparam um lugar de destaque absoluto entre as

produções de seus contemporâneos da Oposição de Esquerda. Sua produção mais significativa, no período inicial desse processo, é o folheto “O Novo Curso” (2015), de 1923, que remonta ao começo da Oposição no interior do PCUS. A finalidade dessa obra é corrigir os rumos da democracia interna do partido por intermédio do alerta sobre os perigos do burocratismo.

O stalinismo, antes de ser assim conceituado por Trotsky, foi chamado de “burocratismo”, o que designava uma estrutura levantada sobre as bases da desagregação da indústria russa e da dispersão do proletariado e de seus mais notáveis representantes em um momento de colapso econômico e de isolamento internacional. Esse fenômeno seria proveniente da existência do partido isolado em relação às massas e da diferença entre seus membros e gerações nas tomadas de decisão no aparato a partir do papel que cumpriam na história do bolchevismo. (*Ibidem*) Foram profundas as consequências desse processo, como o perecimento da perspectiva internacionalista da revolução; um maior distanciamento entre a camada de dirigentes e a base proletária; e uma lenta morte da democracia interna do PCUS, que contou com a ampliação de poderes do secretariado, perseguição e calúnia de críticos e opositores e a substituição da eleição pela nomeação.

174

Burocratismo sugere, logo de princípio, uma falta de associação entre o processo e a *persona* de Stálin, que não era o principal articulador, tendo em vista seu papel de menor proeminência diante das figuras mais destacadas de Zinoviev e Kamenev, na história do bolchevismo.

A despeito da pretendida aliança entre Lenin e Trotsky, a forma como ambos apreenderam as origens do mencionado fenômeno burocrático não era inteiramente correspondente. Segundo Lenin, as deformidades burocráticas do novo Estado seriam uma reminiscência cultural do czarismo, passível de solução através de reformas que controlassem os privilégios e que aumentassem a quantidade de proletários em postos-chave no aparato estatal e no partido. Trotsky, por sua vez, ater-se-ia principalmente às causas de matriz político-econômicas e, por conseguinte, o concebia o fenômeno como novo, surgido em uma nova fase de desenvolvimento da revolução e do partido, cuja solução demandava a aplicação de uma planificação como medida elementar para o desenvolvimento econômico, a partir do qual seria possível reavivar a indústria e a fluência operária no partido. (*Ibidem*). Para além disso, segundo Trotsky, seria também necessário o estabelecimento de relações mais sadias entre antigos e novos quadros partidários

a fim de não afetar negativamente a participação das novas gerações (pós-Outubro) na vida política do partido. Caso contrário, sem a satisfação de suas aspirações de participação, essas novas bases operárias e estudantis poderiam vir ao encontro de grupos ou frações de todo gênero.

No folheto supracitado (*Ibidem*), Trotsky procura entender a ampliação do aparato partidário e da economia soviética em seu desenvolvimento histórico. São assim aludidas as consequências da reduzida composição operária do partido; as suas desigualdades internas; a linha econômica empirista da tendência burocrática; além das outras problemáticas aqui mencionadas. No entanto, é também aludido o vertiginoso crescimento do partido, que tornara inevitável o aparecimento de divergências internas e de grupos opositores. Em um regime de partido único, esses grupos, ao se oporem ao partido, poderiam se transformar em frações provisórias ou permanentes e se constituir em suportes para pressões exteriores hostis ao governo soviético. A fim de evitar esse problema, deveria o partido monopolizar a direção da vida política e seria também necessária a democracia operária. (*Ibidem*)

Trotsky reivindicava uma democracia operária restrita à liberdade de críticas, realização de debates internos e retomada às eleições de base, sem fazer referência à restauração do funcionamento dos soviets como órgãos de democracia direta dos trabalhadores. Em sua concepção, a postura burocrática de hostilizar críticas como manifestações de espírito fracionário era profundamente insuficiente e condenável, pois o desaparecimento das divergências só poderia ser conferido pela reaproximação do partido com as massas trabalhadoras a fim de abrir caminho para a democracia e a unidade. (*Ibidem*)

Em contrapartida, a condenação de Trotsky no que concerne à restauração do direito de formação de tendências e frações partidárias contribuiu para uma associação substituísta da ditadura do proletariado pela ditadura do partido. Preconizar o partido, com uma parcial democracia em seu interior, como agente condutor da planificação econômica, mas não os trabalhadores, por intermédio de seus soviets, foi uma defesa de Trotsky até 1933, cinco anos após a sua expulsão do partido e de um histórico já bastante consistente sobre os erros da Internacional Comunista (IC). Segundo o próprio autor reconheceu em obra tardia, “A Revolução Traída” (Idem, 1977), essa medida excepcional foi de encontro ao gosto do governo burocrático em virtude de proporcionar uma

vida organizacional internamente cômoda, de modo a transformar a tradição bolchevique do centralismo democrático em centralismo burocrático.

Trotsky, no momento inicial de sua luta contra a burocratização, não era afeito à atuação clandestina e recorreu à agitação contra a “linha geral” nos marcos da legalidade, conforme aponta Miklós Kun (1994). Apenas em 1925, o referido revolucionário e seus aliados reconheceram que o uso dos meios exclusivamente legais teria pouca eficácia contra o aparelho da direção partidária, devido à proibição de formação de frações e tendências e, também, ao crescente controle sobre o aparato do partido. Tal reconhecimento se deu após o choque entre Zinoviev e Kamenev contra a linha política geral de Stálin e Bukharin, em meio ao contexto da “greve” dos *kulaks*, que retiveram o trigo e ameaçaram desabastecer as cidades. (*Ibidem*)

A Oposição de Leningrado, de Zinoviev e Kamenev, e os “decistas”⁴ eram mais propensos a recorrer às antigas tradições de clandestinidade dos bolcheviques do que o Trotsky. (*Ibidem*) Assim, não fortuitamente, após a formação da Oposição Unificada (1926) entre esses agrupamentos, adotou-se a agitação de propaganda nas fileiras dos trabalhadores extra-partidários; a organização de gráficas secretas; uma importante rede de aliados no exterior, além da convocação de assembleias populares ilegais nos bairros operários. (*Ibidem*)

No entanto, sem ater-se de formas aprofundadas às limitações dos bolchevique-leninistas, conforme se autodenominavam os membros dessa oposição, a sua atuação foi restrita ao propósito de reerguer as normas democráticas partidárias, sem a pretensão de conduzir a sua consolidação para toda a sociedade soviética. Para eles, a regeneração da democracia soviética deveria começar pela regeneração do regime interno do partido.

Esses opositores não estabeleceram relações perduráveis e próximas com tendências que se apresentavam contrárias à “linha geral” do partido, com a exceção dos “decistas”. Além disso, a considerar que era uma luta direcionada para o interior do partido, a oposição mantinha as suas reservas em relação a “elementos descontentes” externos que pudessem vir a partilhar das críticas habituais da plataforma oposicionista à direção, o que contribuiu para o seu isolamento.

⁴ Os “decistas” (grupo do centralismo democrático) eram uma fração bolchevique liderada por Vladimir Smirnov, Timofei Saponov e outros “velhos” bolcheviques. Foi formada em 1919. O grupo juntou-se à Oposição de Esquerda e posteriormente à Oposição Unificada, na luta contra a abolição gradual da democracia interna do PCUS.

(*Ibidem*) Desse modo, os bolchevique-leninistas não conseguiram angariar em seu trabalho clandestino um significativo apoio entre as massas e não conseguiram formar uma ampla rede de simpatizantes. Até mesmo os contatos conquistados se deram de modo custoso e claudicante, especialmente entre os trabalhadores sem partido e descontentes com as suas condições de vida adversas às promessas da Revolução de Outubro. (*Ibidem*).

A fase “intermediária” das análises de Trotsky sobre o Stalinismo

A obra “Stálin, o Grande Organizador de Derrotas” (1974), de 1928, às vezes intitulada de “A III Internacional Depois de Lenin”, representa uma fase intermediária das formulações de Trotsky sobre o stalinismo e está situada no período posterior à derrota da Oposição Unificada e no calor do momento das discussões sobre o Comitê Anglo-Russo e a Revolução Chinesa (1927).

Essa obra é fundamental por conter a constatação de Trotsky sobre uma mudança qualitativa na natureza das derrotas do proletariado internacional, que não mais eram provenientes de inexperiência ou inexistência de partidos comunistas, mas de incorretas diretrizes políticas da IC. (*Ibidem*) O conceito de centrismo é aqui utilizado pelo referido revolucionário com a finalidade de caracterizar a natureza política do grupo de Stálin e de suas súbitas mudanças, que oscilavam entre apresentar uma política ultraesquerdista ou uma política conciliatória e reformista. (*Ibidem*)

O internacionalismo de Trotsky adquire uma essencial relevância para as suas análises. O autor relaciona a derrota da Oposição de Esquerda a uma desfavorável relação de forças no âmbito internacional para o despertar da revolução mundial. A constatação veio depois de observar as diversas sublevações proletárias fracassadas na Alemanha, China, Inglaterra e no leste da Europa (ANDERSON, 1983). Além disso, segundo Trotsky, somente a restauração da democracia na Internacional, e em seus partidos nacionais, viria corrigir a degeneração burocrática na União Soviética e possibilitar o triunfo da revolução internacional e o desenvolvimento da economia soviética com um aumento de peso social do proletariado. (*Ibidem*) Dessa forma, o triunfo da IC e do Estado Soviético seria decidido na arena internacional. Por ainda apostar na possibilidade da reforma de ambos, Trotsky não pretendia fundar uma nova Internacional e se

empenhou em organizar a Oposição Internacional com o apoio de uma rede de aliados em diversas localidades, herdados, em grande medida, da finada Oposição Unificada.

Há dois conceitos de primeira importância na publicação supracitada: termidor e stalinismo. A burocracia é aqui compreendida como instrumento de pressão dos setores privados “termidorianos”, isto é, pró-capitalistas, que reservam em si uma grande hostilidade em relação ao regime soviético. Essa contrariedade expressa nas numerosas sabotagens realizadas pelos camponeses ricos no fornecimento de alimentos e na estocagem de grãos poderia abrir caminho para a restauração capitalista. O uso do conceito de “stalinismo” por Trotsky, em conformidade ao entendimento da Oposição Unificada, designa práticas não democráticas do grupo ao redor de Stálin, que favoreciam os setores privados. (TWISS, 2014)

Compreendido dessa maneira, o stalinismo não seria a principal ameaça à sobrevivência do Estado Soviético, função ocupada pelos setores que poderiam germinar uma reação termidoriana. A derrota da Oposição de Esquerda, que antes fortaleceu os setores privados e a desintegração do centralismo democrático do PCUS, não deixaria, obviamente, de favorecer uma restauração capitalista.

O conceito de termidor foi revisitado após a coletivização forçada e a industrialização acelerada, quando o regime de Stálin seguiu de forma repentina em direção a uma política ultraesquerdista de “classe contra classe” (1929), que estabelecia a radicalização das massas como princípio de aplicação mecânica e não como estado de caracterização do desenvolvimento do proletariado e da sociedade capitalista, rompendo assim com o programa econômico de Bukharin. O seu repentino, mas vacilante distanciamento dos setores privados, demonstrou uma autonomia relativa da burocracia em relação às classes sociais, de forma que ela não mais se definiria como instrumento de pressão de estratos pró-capitalistas. A burocracia stalinista, por conseguinte, não seria resultante centrista do burocratismo, mas das contradições de uma sociedade de transição. (*Ibidem*)

Desse modo, a percepção do termidor veio a se tornar uma analogia histórica mais precisa e passou a compreender uma mudança de poder dos setores que lideraram a Revolução de Outubro para um setor mais conservador, que não pretendia destruir as conquistas revolucionárias de Outubro.

O termidor é um conceito que remonta à analogia histórica da experiência soviética com a Revolução Francesa, cujo propósito *primário* era fundamentar uma

ideia de ameaça contrarrevolucionária aos fundamentos sociais estabelecidos pela Revolução de Outubro. (*Ibidem*) O chamado perigo do termidor, que constituía a principal ameaça às conquistas da Revolução de Outubro, desenvolveu-se após a vitória da ala majoritária do PCUS sobre o controle do processo revolucionário, em 1924, e a partir de uma acentuada desproporção entre a agricultura e a indústria, o que suscitara o crescimento de tendências pró-capitalistas formadas na base da NEP. A crise econômica lhes concedeu um poderoso instrumento de desorganização da economia socialista, de forma a possibilitar *a primeira etapa da contrarrevolução burguesa*, dirigida contra a base social do Estado Operário. (TROTSKY, 1935) A forma como a burocracia lidava com a questão da industrialização revelava a influência das novas camadas burguesas no aparelho de Estado. (*Ibidem*)

Nesse primeiro momento, portanto, o que Trotsky chama de “reação termidoriana” é o risco de restauração capitalista proveniente do perecimento da política revolucionária pela burocracia, com o pesado fardo dos *nepmen* e do *kulak* sobre as suas costas (Idem, 2017). Assim como os jacobinos foram substituídos pelos termidorianos e pelos bonapartistas, o esmagamento da Oposição seria um passo imprescindível para a consolidação do poder dos elementos mais conservadores da burocracia e do estrato superior da classe operária. Esse processo, datado de 1924, é o que pode ser chamado de *começo* do Termidor. Essa questão se relaciona, por conseguinte, à história da Oposição de Esquerda como condutora e representante das tendências históricas progressivas do proletariado durante o período “jacobino” da Revolução Russa (1917-1924). (DEMIER, 2015).

No entanto, Trotsky, em 1935, corrigiu-se em relação à utilização inadequada dessa terminologia sobre a burocracia stalinista: no caso francês, o termidor não envolvia a restauração de velhas formas de propriedade e do poder de antigos setores dominantes. O fenômeno não consistia em um atentado contra as conquistas sociais da Revolução Francesa, mas em seu fortalecimento a fim de organizá-las e de estabilizá-las. (TROTSKY, 1935) Assim, a menção de uma “contrarrevolução” em referência ao processo revolucionário francês significaria o restabelecimento da propriedade feudal.

Essa analogia histórica, ademais, entrou em contradição com a análise posterior da evolução da União Soviética e do regime de Stálin como uma forma peculiar de bonapartismo, o qual, em sua variante francesa, veio a se consolidar somente depois do termidor. Nesse sentido, em sua fase tardia de análise sobre a

União Soviética, Trotsky considerou que a analogia feita, anteriormente, poderia alimentar mais confusões do que esclarecimentos. (*Ibidem*)

É importante salientar, ademais, que o fim da NEP e a chegada da coletivização foram uma grande quebra não somente no sentido econômico, mas também político, em virtude da firme transformação do PCUS em um dócil instrumento do regime de Stálin e das mudanças nas formas de atuação da oposição dos bolchevique-leninistas. (GUSEV, 2008)

A segunda metade da década de 1920 foi atravessada pela redução de salários, aumento dos preços dos bens de consumo, escassez de produtos e aumento da exploração. Houve, da parte dos trabalhadores, a organização de protestos e de resistências (ativas e passivas), que ocorriam, muitas vezes, com prévia articulação preparatória com outras fábricas, e também mobilizadas por sentimento de profunda hostilidade em relação aos gerentes de fábrica, sindicatos e ao PCUS. A tendência dos trabalhadores para a auto-organização era muito evidente, e os bolchevique-leninistas se dirigiram ativamente para as fábricas e para a “questão do trabalhador”, e, assim, esses opositores passam a corroborar as demandas dos trabalhadores por aumento salarial e melhorias das condições de vida. As críticas às políticas do governo e aos privilégios da burocracia fortaleceram a posição dos bolcheviques-leninistas entre os trabalhadores, os quais eram majoritariamente indiferentes às polêmicas internas ao partido. (*Ibidem*)

O sucesso desses opositores entre os operários germinava uma oportunidade de organizá-los em números muito significativos. Não havia, entretanto, nenhum claro e consistente programa de ação contra o regime burocrático, além do fato de os opositoristas limitarem-se à demanda de ampliar a “democracia operária” nos espaços dominados por completo pela burocracia. Nesse sentido, aquela seria uma luta pela legalidade dentro das estruturas oficiais já burocratizadas, sem uma explicação consistente sobre como tal feito seria alcançado. Essa demanda por reforma e democracia estava endereçada à própria burocracia, e já naquele momento era uma grande ilusão em virtude de toda a estrutura do aparato estatal burocrático se encontrar verticalmente organizada e submetida a um pequeno punhado de lideranças parasitárias. (*Ibidem*)

O referido grupo, até mesmo quando os proeminentes membros da oposição já haviam sido expulsos do partido e posteriormente exilados, temia a possibilidade de maior radicalização dos trabalhadores com o receio de destruir

o novo Estado Operário. Trotsky, por conseguinte, rejeitava a organização de um novo partido com os trabalhadores descontentes com as adversidades pós-Outubro, e, em especial, com o PCUS, apesar de haver meios para tal empreitada em novas bases geracionais. Os bolchevique-leninistas ainda se apresentavam como uma fração do partido e tentavam conquistar os trabalhadores para lutar por uma influência nas células da organização, que era profundamente hostilizada por eles.

Assim, na melhor das circunstâncias, o referido grupo admitia a possibilidade de greve com demandas de matriz econômica, enquanto opunha-se às demandas de matriz política contra o PCUS. (*Ibidem*) A prioridade das reformas no aparato, portanto, fez esmorecer um grande potencial proveniente das mais novas gerações trabalhadoras para lutar contra o poder burocrático.

A IV Internacional e o “amadurecimento” de Trotsky

A luta pela construção da Quarta Internacional foi o momento mais significativo do amadurecimento político de Trotsky na construção do socialismo e da revolução internacional. O ponto de partida para essa sua conclusão foi a desmoralizante vitória do fascismo na Alemanha, que não contou com nenhuma luta efetiva liderada pelo Partido Comunista Alemão (KPD). A partir dessa derrota para a humanidade, Trotsky concluiu que a IC e o PCUS não eram passíveis de reformas e que ambos não eram mais capazes nem de cumprir uma função anticapitalista na luta contra o imperialismo nem de serem a vanguarda da revolução mundial. Fazia-se necessária uma liderança internacional alternativa aos stalinistas e socialdemocratas, pois essas lideranças “oportunistas”, que continham em seu histórico a responsabilidade por uma série de derrotas do proletariado internacional, eram obstáculo para a transformação de situação pré-revolucionária em situação revolucionária. Desse modo, portanto, a tarefa de primeira importância dos revolucionários seria a construção do partido da revolução mundial, que fosse capaz de liderar o proletariado em direção ao socialismo, bem como a uma luta intensa contra todas as lideranças traidoras inseridas no movimento “operário” (TROTSKY, 2008).

No curso dessas afirmações, torna-se evidente que, para Trotsky, a degeneração burocrática já havia atingido um patamar qualitativo. Dessa forma,

seria elementar uma revolução política para tirar a burocracia do controle político a fim de preservar as conquistas da revolução a longo prazo, de modo a construir um partido revolucionário e a restaurar a democracia direta dos soviets.

Essa burocracia seria gestora das formas de propriedade coletiva e dos monopólios comerciais, mas não teria papel independente nas relações de produção. Os seus métodos de gestão, agressivos e pouco eficientes, por não serem regulados pela lógica do mercado ou pela gestão social da produção, criavam desequilíbrios e serviam como freio para o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade soviética. (Idem, 1977) Além desses elementos, não havia projeto independente de sociedade a longo prazo que fosse mobilizado por esse corpo burocrático, a despeito da aplicação discursiva de um socialismo sobre a União Soviética. Sem propriedade privada, os privilégios e as condições de subsistência da burocracia eram provenientes de seu parasitismo na gestão da economia. A sua influência no movimento “operário” tinha como finalidade o controle sobre a classe trabalhadora para a manutenção do poder político. Essa posição de gestora criava na burocracia uma dependência de relações políticas para a ascensão na hierarquia de diferentes setores que a compunham a fim de parasitar privilégios concedidos pela produção social do proletariado. Em virtude disso, a burocracia não conformaria, segundo Trotsky, uma classe social, mas uma “casta” parasitária. (*Ibidem*)

O parasitismo sobre as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro e a defesa desta contra o imperialismo, mesmo que através de métodos pouco eficientes de aparato burocrático, não criavam incompatibilidade imediata entre o regime soviético e a preservação de sua natureza proletária. (*Ibidem*) Dessa forma, a defesa da União Soviética era, para Trotsky, um princípio de primeira importância, uma vez que se tratava de um Estado Operário, ainda que burocraticamente deformado. Essa defesa, que deveria ser de caráter militar, mas não se configurava em defesa política do regime, seria incondicional contra qualquer ameaça imperialista e qualquer tentativa de restauração capitalista. (Idem, 2011)

No artigo “A Natureza de Classe do Estado Soviético” (1933), o supracitado revolucionário compreende a União Soviética como uma ditadura do proletariado adocida, governada por uma burocracia que havia usurpado o poder político daquela classe a fim de preservar, mediante seus próprios métodos coercitivos,

as relações de propriedade proletárias. (*Ibidem*) O proletariado permanecia como classe dominante em função da existência dessas relações, sobre as quais se assentavam as bases de sobrevivência e de reprodução social da burocracia stalinista. Por isso é que o stalinismo é apresentado, no referido texto, como fenômeno social progressivo nos marcos nacionais, mas contrarrevolucionário no âmbito internacional, em função de suas inúmeras traições, o que os casos na China (1927), Espanha (1936-1939) e Alemanha (1933) deixavam em evidência. (ANDERSON, 1983)

Essa característica “contrarrevolucionária” do referido fenômeno não será reformulada, mas complementada por Trotsky na segunda metade da década de 1930, de forma a precisar que, em situações excepcionais de guerra, quebra financeira e assim em diante, as lideranças stalinistas e socialdemocratas poderiam liderar revoluções e prosseguir com a expropriação da burguesia, de forma a fundar, assim, Estados Operários. No entanto, o rito clássico de ambas seria não excitar em apagar as chamas revolucionárias em proveito de estender as mãos para salvar a burguesia.

Essa constatação de Trotsky, fundamentada a partir de suas observações sobre a ocupação militar soviética na Polônia e na Finlândia, estão presentes em seu “Programa de Transição” (2008) e também em sua compilação de artigos “Em Defesa do Marxismo” (2011). Mostrou-se correta na conjuntura de maior levante popular da história, que foi o fim da Segunda Guerra Mundial. A despeito de liderar a criação de Estados Operários deformados no pós-Guerra (China e Iugoslávia), a principal característica que marcou a atuação da burocracia e dos partidos stalinistas desse período foi a traição de inúmeras situações revolucionárias na Europa e na Ásia e a prestação de suporte a lideranças burguesas nos países latino-americanos. (MONTEIRO, 2016). Essas traições se expressaram em capitulações à burguesia e em desvios das lutas proletárias para a reconstrução do capitalismo no pós-Guerra. As exceções a essa prática resultaram em revoluções lideradas por stalinistas que conseguiram expropriar a burguesia, mas em localidades de capitalismo devastado, em que não havia outro poder a emergir além do Exército Vermelho.

Essas vitórias, no entanto, não findaram políticas de “coexistência pacífica” com o imperialismo e de “socialismo em um só país”, que colocavam em evidência o temor do internacionalismo proletário pela burocracia stalinista. Além disso, os

Estados Operários nascidos no pós-Guerra ficaram imediatamente submetidos ao controle de uma casta de burocratas, podendo ser enquadrados, desde o princípio, como Estados Operários deformados. Essa necessidade do controle sobre a classe trabalhadora se expressou também em suas formas predominantes de organização em estruturas rurais de guerrilha durante esses processos revolucionários. Os soviets e os partidos de vanguarda, em contraste aos movimentos guerrilheiros, são muito mais difíceis de serem submetidos à subserviência do controle burocrático. Por isso é que Trotsky estava correto em não transformar em regra possíveis excepcionalidades, ao apontar que a possibilidade de os stalinistas liderarem revoluções anticapitalistas não deveria figurar no primeiro plano das análises políticas dos revolucionários (TROTSKY, 2008).

O Stalinismo como regime bonapartista

No artigo de 1933, Trotsky constatou a existência de “elementos bonapartistas” no regime de Stálin, assim como a possibilidade de analisá-lo a partir dessa perspectiva. No entanto, foi no artigo “Estado, Termidor e Bonapartismo” (Idem, 1935) que o revolucionário caracterizou, de forma mais consistente e precisa, o stalinismo como peculiar forma de “bonapartismo” soviético.

O bonapartismo é um “regime de crise” que manobra entre as classes sociais, mas sempre preserva a mesma base social, a propriedade burguesa. Seria possível observar um fenômeno de configuração semelhante na União Soviética sob o comando de Stálin, isto é, um regime burocrático, que, cada vez mais autônomo, “plebiscitário” e personalista, manobra entre as classes, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, mas estabelecido nas formas de propriedade de natureza proletária. (DEMIER, 2015)

Os giros políticos eram uma marca do regime stalinista para se equilibrar sobre o antagonismo entre o proletariado e os camponeses, e entre o Estado Operário e o imperialismo. Da necessidade de se equilibrar sobre o antagonismo de diferentes forças provinha a base do centrismo burocrático, assim como de seu poder, de sua debilidade e de sua influência sobre o proletariado internacional. Segundo Trotsky, conforme a burocracia se tornava cada vez mais autônoma, mais seu poder se concentrava em uma só pessoa e, por conseguinte, mais o centrismo se transformava em bonapartismo. (TROTSKY, 1935)

A peculiaridade do bonapartismo soviético era consolidar a revolução

proletária através da liquidação de seus dirigentes, de seu programa internacionalista, de seus soviets e do próprio bolchevismo. Em uma sociedade de transição, o colapso do bonapartismo poderia significar a abertura para o caminho do socialismo ou para a restauração capitalista (*Ibidem*). Por isso é que a ênfase sobre a necessidade de restauração da democracia direta dos soviets e a fundação da Quarta Internacional é parte elementar do pensamento e do programa político de Trotsky em sua fase plenamente amadurecida.

A resignificação do termidor em Trotsky é outro elemento digno de nota. Tal processo se consolidou em 1924, mediante a derrota da Oposição de Esquerda e da transferência do poder das mãos da vanguarda do proletariado para os elementos mais conservadores da burocracia e de seus setores superiores da aristocracia operária. Assim, a principal base material do termidor soviético e do fenômeno do stalinismo seria o desenvolvimento econômico alcançado a partir de 1923, abrindo as portas para o surgimento de uma camada privilegiada de administradores, que, em conjuntura de duras contradições, conferiram a essa casta uma crescente autonomia relativa diante da dispersão do proletariado e do isolamento internacional.

O stalinismo seria, portanto, uma resultante do termidor soviético, e conformaria um regime de tipo bonapartista em virtude do seu caráter de árbitro dos conflitos sociais e protetor das bases sociais estabelecidas pela revolução contra a burguesia, mas também contra as próprias massas proletárias. (*Ibidem*; Idem, 1977) Esse regime atacou a ala esquerda dos revolucionários soviéticos e criou uma aristocracia operária sobre a qual estabelecia um de seus pilares de sustentação. Essas análises não somente estão sintetizadas no artigo de 1935, mas também presentes na obra “A Revolução Traída”, de 1936, que é o material mais detalhado de Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo.

Considerações finais

Este é um estudo parcial de pesquisa em andamento sobre a experiência soviética, baseada nas formulações de Leon Trotsky, para melhor compreensão do fenômeno social em comum entre as sociedades pós-revolucionárias do século 20. Concebe-se a fase amadurecida das formulações do referido autor como a mais consistente interpretação do stalinismo e se espera, com este artigo, fornecer contribuição de base para futuros estudos relacionados a um dos principais pilares estruturantes da história do mencionado século, que foi a União Soviética.

Referências

- ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, Londres, v. 1, n. 139, p. 49-58, Mai-Jun, 1983.
- BROUÉ, Pierre. **O Partido Bolchevique**. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.
- DEMIER, Felipe. **Trotsky e o bonapartismo soviético**. [S.I.], 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/trotsky-e-o-bonapartismo-sovietico/> Acesso em: 23/03/2020.
- DEUTSCHER, Isaac. **O Profeta Desarmado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUSEV, Aleksei. The 'Bolshevik Leninist' Opposition and the Working Class, 1928-1929. In: FILTZER, D. et al. **A Dream Deffered: New Studies in Russian and Soviet Labour History**. Bern: Peter Lang, 2008.
- HOBSBAWM, E. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUN, Miklós. Trotsky e o movimento clandestino anti-estalinista nas décadas de 1920 e 1930. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Trotsky Hoje**. São Paulo: Ensaio, 1994.
- LÊNIN, Vladimir Illitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEWIN, Moshe. **The Soviet Century**. London: Verso, 2005.
- _____. **Lenin's last struggle**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. **O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re) leituras teóricas e programáticas (1944-1963)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
- PODTCHIKOLDIN, Aleksandr. "O Novo curso: prólogo da tragédia". In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Op. Cit.*
- PAULINO, Robério. **Socialismo no Século XX: O que deu errado?**. Goiânia: Kelps, 2008.
- PRADO, Carlos. O Novo Curso: Trotski e a crítica à degeneração burocrática do partido. *Eleuthería*, Mato Grosso do Sul, v. 2, n. 3, p. 88-103, dez. 2017-mai. 2018.
- TROTSKY, Leon. A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional (Programa de Transição). In: **Documentos de fundação da IV Internacional**. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

_____. **Stálin: uma análise do homem e de sua influência.** (v.2) São Paulo: EM Livraria; Porto Alegre: Editora Movimento, 2017.

_____. **A Revolução Traída.** Lisboa: Editora Antídoto, 1977.

_____. **Em Defesa do Marxismo.** São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

_____. **O Novo Curso.** São Paulo: POR-MASSAS, 2015.

_____. **Stalin, el gran organizador de derrotas – la III Internacional despues de Lenin.** Buenos Aires: El Yunque Editora, 1974.

_____. **La Naturaleza de Clase del Estado Soviético.** [S.I.], 1933. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro3/html/T05V127.htm>. Acesso em: 23/03/2020.

_____. **El estado obrero, termidor y bonapartismo.** [S.I.], 1935. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V127.htm>. Acesso em: 25/03/2020.

TWISS, Thomas M. **Trotsky and the problem of Soviet bureaucracy.** Boston: Brill, 2014.

VERN, Dennis. Method, Doctrine and “The Buffer States”. **Discussion Bulletin**, 1951. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/document/swp-us/idb/swp-1946-59/db/n08-1951-db.pdf>. Acesso em: 25/03/2020.